

# O esgotamento sanitário e a participação do povo

16 de abril de 2014 em [Editorial Deixe um comentário](#)

Um tema polêmico e que, por esta razão, necessita de amplo debate na sociedade milagrense. Falamos do projeto de lei encaminhado pela Prefeitura Municipal para apreciação da Câmara, em sessão extraordinária realizada na última quinta-feira, delegando a prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) e que acabou sendo retirado de pauta pelo Prefeito Municipal, antes da votação pelos parlamentares.

Há duas vertentes que precisam de análise, as quais julgamentos de grande importância. Primeiro, a necessidade do serviço de esgotamento sanitário, visto que convivemos com esgotos a céu aberto, com a inexistência de saneamento básico em praticamente todo município, fazendo com que todos os dejetos produzidos nas residências sejam deslocados para o Riacho dos Porcos, sem o devido tratamento. Tudo isso implica em saúde pública e desenvolvimento sustentável para o município.

O esgotamento sanitário requer não só a implantação de uma rede de coleta, mas também um adequado sistema de tratamento e disposição final. É um conjunto de obras, instalações, e equipamentos destinados a coletar, transportar, tratar e dispor os esgotos produzidos em uma comunidade.

Como se percebe, trata-se de uma obra complexa e cara do ponto de vista financeiro, logo não é leviandade afirmar que os municípios não possuem condições para executá-la, devendo sim repassar esta premissa para uma empresa que já tenha experiência e conhecimento técnico para realizá-la a contento.

Ah, então era para os vereadores terem aprovado o projeto? Não queremos e nem devemos afirmar isso, visto que o debate vai além da importância da obra para o município, visto que implica, por outro lado, em mudança na forma que parte da população é atendida com água potável no momento.

Algumas localidades como o Bairro Francisca do Socorro, Bairro Padre Cícero e Distrito do Rosário são servidos por sistemas de abastecimentos d'água financiados e mantidos pela Prefeitura Municipal e que saem sem custo para os moradores. Ou seja, eles recebem o benefício e não pagam. Com a nova proposta, isso mudaria, já que a CAGECE assumiria os sistemas, poderia até investir nos mesmos, mas, obviamente, cobraria pelos serviços como faz em todas as localidades em que atua.

Esta é outra discussão, importante, necessária, e que precisa ser feita. A população precisa ser ouvida, precisa dar seu veredito, se concorda ou não com o projeto encaminhado à Câmara Municipal, já que vai refletir também no bolso especialmente das famílias mais carentes. Vale acrescentar que, se a CAGECE executar o serviço de esgotamento sanitário, obviamente que também cobrará pelo mesmo. Ou seja, a população iria pagar pela água que recebe e pelo tratamento do esgoto e com isso, a conta mensal aumentaria.

O certo é que nenhuma ação pública que interfere decisivamente no dia a dia das pessoas, ou que afeta financeiramente as famílias, deve ocorrer sem a participação da população. Ela precisa ser orientada sobre os benefícios que a ação vai trazer, mas também ser esclarecida das penalidades, e dá a ela o poder de decisão.

O esgotamento sanitário é um problema que requer uma ação emergencialmente do Poder Público em nosso município. Agora, sob que condições, aí é preciso um debate franco e aberto com a população.